



Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941
E-mail: dep.jesussergio@camara.leg.br

Apresentação: 07/08/2019 18:08

RIC n.978/2019

“Solicita informações ao Sr. Ministro da Educação, por meio do Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, acerca dos pagamentos de obras contratadas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC”.

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Educação, por meio do Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, acerca dos pagamentos de obras contratadas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, devendo ser respondidas especificamente as seguintes indagações:

- a) Qual a previsão do governo para retomada dos pagamentos das obras contratadas com recursos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do governo anterior?
- b) Por que obras do PAC no município de Tarauacá (AC) não têm recursos liberados, mesmo com desembolso solicitado pela prefeitura e aprovado pela área técnica do FNDE há meses, como são os casos dos ID 1010986 - Escola Infantil Corcovado – Desembolso aprovado de 10% - Valor R\$ 86.543,61 e ID – 1017003 – Escola Infantil Senador Pompeu – Desembolso aprovado de 4% - Valor de R\$ 81.932,03?





JUSTIFICAÇÃO

O Município de Tarauacá, no Estado do Acre é só mais uma das milhares de cidades brasileiras que se deparam com o grave problemas das obras paralisadas.

Lá, obras de emendas parlamentares têm dificuldade de conclusão pelo baixo volume de recursos liberados. Mas são as obras do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, contratadas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que vêm sofrendo os piores atrasos.

Obras iniciadas, com medições realizadas, com desembolso solicitado e aprovado para pagamento pela área técnica do FNDE, aguardam há meses pelo pagamento que não é efetivado pelo órgão.

As informações são repetitivas e cansativas pra quem as solicita. Mas para as pequenas empreiteiras locais, as únicas que se interessam por obras pequenas em municípios distantes, cuja mão de obra e insumos são caros, diminuindo a margem de lucro, a notícia ou a ausência dela, representa em alguns casos, até a falência da empresa.

Para empresas de pequeno porte, sem capital de giro para suportar atrasos nos pagamentos, situações como essa representa obra parada, canteiro desativado, insumos perdidos, pessoal desempregado e empresa falida.

O empreiteiro, procurado todos os dias pelos trabalhadores da obra, não tem alternativas e não pode contar com mais ninguém que não seja o governo continuar os pagamentos até a conclusão da obra. Mesmo porque obra paralisada custa mais caro para ser retomada e os preços padrões estabelecidos pelo FNDE/MEC acabam ao final, por inviabilizar por completo a conclusão da construção, criando problemas insuperáveis para construtores e gestores municipais.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e peço ao Sr. Ministro da Educação que por meio do Presidente do FNDE, envie no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 2019.

Deputado JESUS SÉRGIO

